

426
A

**NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO, PARA
OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A
PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA
ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O
INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO
DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS
GERAIS (IEPTB/MG)**

Processo N. 01.142.739.13.64

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 18.715.383/0001-40, com sede na Capital Mineira, cuja prefeitura esta localizada na Avenida Afonso Pena, nº 1212, CEP 30.130-003, Centro, Belo Horizonte, MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **Procurador Geral do Município de Belo Horizonte**, Castellar Modesto Guimarães Filho, presente o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. João Antônio Fleury Teixeira e o **INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB-MG)**, Organização da Sociedade Civil, inscrito no CNPJ sob o nº 11.411.629/0001-40, com sede na dos Timbiras, 1754, 11º andar, Lourdes, CEP 30.140-061, Belo Horizonte, MG, neste ato representado por seu presidente Leandro Santos Patrício, brasileiro, casado, [REDACTED], doravante denominado **IEPTB- MG**, considerando a necessidade de cobrança das Certidões de Dívida Ativa (CDAs), de certidão de teor da decisão, de honorários dos Procuradores do Município e outros documentos representativos de créditos públicos, e nos termos da LF 8666/93, LF 8906/94 c/c LF 9492/97 e LF 13105/15, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo para consolidar o Convênio celebrado em 29 de outubro de 2013, bem como seus aditivos, que passarão a vigorar nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem como objeto dispor sobre a utilização, por parte do **MUNICÍPIO**, da plataforma de tecnologia da **Central de Remessa de Arquivos - CRA**, a qual recepcionará, eletronicamente e de forma centralizada, as remessas de arquivos de Certidões de Dívida Ativa (CDAs), de certidão de teor da decisão e outros documentos representativos de créditos públicos. Da mesma forma, recepcionará os arquivos de cancelamentos por remessa indevida ou autorizações de cancelamento, de desistências (retiradas) por remessa indevida a serem encaminhados aos Distribuidores e Tabelionatos de Protesto do Estado de Minas Gerais, bem como os arquivos confirmação e retorno destes, que serão encaminhados ao **MUNICÍPIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acesso à CRA se dará através de assinatura eletrônica, mediante utilização de *login* e senha criados e fornecidos ao **MUNICÍPIO**. A utilização deste meio de acesso será de exclusiva responsabilidade do **MUNICÍPIO** que adotará as medidas de cautela que se fizerem necessárias para evitar seu uso indevido, valendo referida assinatura como meio de comprovação de autoria e integridade do documento enviado, nos termos do § 2º do Art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM



NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64

PARÁGRAFO SEGUNDO - A apresentação das CDAs e outros documentos representativos de créditos públicos a protesto se dará independentemente de prévio depósito de emolumentos, taxa judiciária e outras despesas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Conforme § 4º do artigo 322 do Provimento Conjunto 93/CGJ/2020, é cabível o protesto exclusivamente dos honorários advocatícios, seja por meio de decisão judicial, seja por meio de contrato, cheque, nota promissória ou outro documento de dívida emitido pelo cliente em favor do advogado, vedada a apresentação de duplicata de serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - Conforme artigo 322 do Provimento Conjunto 93/CGJ/2020 as decisões judiciais poderão ser protestadas mediante apresentação de certidão de teor da decisão do respectivo juízo, da qual constem os seguintes dados:

- I - Número do processo;
- II - Valor da dívida;
- III - Nome, número do CPF ou do CNPJ das partes;
- IV - Endereço das partes;
- V - Menção ao trânsito em julgado da decisão, salvo nas decisões provisórias de alimentos;
- VI - Data do decurso do prazo para pagamento voluntário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS, TAXAS E DEMAIS DESPESAS

Os valores referentes aos emolumentos, taxas judiciárias e demais despesas devidas pela apresentação e distribuição das CDAs e outros documentos representativos de créditos públicos serão pagos pelos devedores:

- a) No ato elisivo do protesto;
- b) No ato do pedido de cancelamento do respectivo protesto, observados os valores constantes da tabela de emolumentos e das despesas reembolsáveis, vigentes na data do pedido de cancelamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não serão devidos emolumentos, taxas e demais despesas pelo **MUNICÍPIO** nas hipóteses de sustação ou suspensão dos efeitos do protesto por decisão judicial, bem como na retirada (desistência) ou cancelamento de protesto por remessa indevida, fundamentadas nas hipóteses de erro formal ou erro substancial.



478
A

**NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO, PARA
OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A
PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA
ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O
INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO
DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS
GERAIS (IEPTB/MG)**

Processo N. 01.142.739.13.64

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não serão devidos emolumentos, taxas e demais despesas pelo contribuinte do Município nas hipóteses de retirada (desistência) ou cancelamento de protesto por remessa indevida, fundamentadas nas hipóteses de erro formal ou erro substancial, respeitadas as disposições da Lei Federal n.º 9492/97 e Lei Estadual n.º 15.424/2004.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E DOS PROCEDIMENTOS

Nos termos do Parágrafo 1º e 2º do Artigo 8º da Lei Federal n.º 9.492/97, são de inteira responsabilidade do **MUNICÍPIO** os dados fornecidos aos Tabeliães, cabendo a estes apenas, e tão somente, a análise dos caracteres formais extrínsecos e a instrumentalização dos documentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O MUNICÍPIO compromete-se a adotar todas as providências administrativas necessárias para evitar pedidos de desistências (retiradas) ou cancelamento de protestos em decorrência de remessa indevida.


PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos do pedido de desistência (retirada) ou cancelamento do protesto por remessa indevida, fica esclarecido que o motivo para a retirada deverá, em harmonia com os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência (art. 37/CRFB), ser fundamentado em ERRO FORMAL ou ERRO SUBSTANCIAL.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese do **MUNICÍPIO** entender pelo pedido de cancelamento do título em razão do decurso do prazo de prescrição deste, a solicitação deverá ser feita mediante autorização de cancelamento, devendo o **MUNICÍPIO** direcionar os devedores ao Tabelionato competente para o pagamento dos valores devidos, para efetivação do cancelamento (Leis Federais 8935/94 e 9492/97).

PARÁGRAFO QUARTO - Após o envio das CDAs e de outros documentos representativos de créditos públicos a protesto, o **MUNICÍPIO** direcionará os devedores ao Tabelionato competente para o pagamento dos valores devidos, não podendo receber diretamente do devedor o pagamento do título enquanto estiver em curso o procedimento do protesto (Art. 19, Lei 9.492/97).

PARÁGRAFO QUINTO - A responsabilidade pelo pagamento dos valores devidos é do devedor (Leis Federais 8935/94 e 9492/97), não cabendo ao **MUNICÍPIO** a responsabilidade pela quitação destes.

Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM



NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64

CLÁUSULA QUARTA - DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente termo depende de seu registro junto à Procuradoria Geral do Município, e a publicação do seu extrato em edição do DOM - Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL

O IEPTB-MG é exclusivamente responsável pelo pagamento dos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Acordo de Cooperação, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução;

PARÁGRAFO ÚNICO - A inadimplência do IEPTB-MG em relação às obrigações acima não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá repasse de recursos financeiros por parte do Município, devendo o IEPTB-MG disponibilizar integralmente os recursos financeiros necessários à consecução do objeto pactuado nesse Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

Este Acordo de Cooperação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo e ajuste das ações previstas nesse instrumento e no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pelo IEPTB-MG com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a alteração do objeto do Acordo de Cooperação, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM

Handwritten signature in blue ink and a circular blue ink stamp.

480
A

NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTACÃO DE CONTAS

As contas deverão ser prestadas nos moldes e periodicidade compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, previstos no Plano de Trabalho.

I. A prestação de contas relativas à execução do Acordo de Cooperação dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além dos relatórios de Confirmação e de Retorno acompanhados de cópia dos comprovantes.

II. Quando constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período, para o IEPTB-MG sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

III. Transcorrido o prazo do item II desta cláusula, para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, AUTORIDADE ADMINISTRATIVA competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as medidas necessárias.

IV. As prestações de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitida a visualização por qualquer interessado, desde que, o acesso seja autorizado mediante login e senha, criado ou cedido pelo **MUNICÍPIO** na plataforma CRA.

V. O IEPTB-MG fica obrigado a manter os documentos originais que compõem a prestação de contas à disposição do **MUNICÍPIO**, por um período de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **MUNICÍPIO** exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de apoio técnico de terceiros, delegação de competência ou parceria com órgãos ou entidades que situem próximos ao local de aplicação dos recursos.


I. A execução da parceria poderá ser acompanhada pelo **MUNICÍPIO**, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

II. O **MUNICÍPIO** designará técnico e gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIVULGAÇÃO

Obriga-se o **IEPTB-MG**, em razão deste Acordo de Cooperação, a fazer constar identificação do **MUNICÍPIO** de Belo Horizonte, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim

Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM



481
A

NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64

como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

I. A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do Município deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

II. O IEPTB-MG deverá divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social todas as parcerias celebradas com o **MUNICÍPIO**.

III. Fica vedada a utilização de símbolos partidários em qualquer material de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REPASSE DE VALORES

O repasse dos valores pagos pelos devedores será feito pelo Tabelião no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento através da GUIA DE RECOLHIMENTO, não podendo, contudo, o referido repasse ser feito após a data de vencimento constante na GUIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sendo a data de vencimento da guia o último dia útil do mês, o envio das remessas das CDAs e outros documentos representativos de créditos públicos ao Tabelionato deverá ocorrer até o dia 30 (trinta) do mês de vencimento.

Se a data de vencimento da guia for de 30 (trinta) dias corridos contados do envio das CDAs e outros documentos representativos de créditos públicos ao Tabelionato, o envio poderá ocorrer durante todos os dias do mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sendo lavrado o protesto, o documento protestado e o respectivo instrumento de protesto, ficarão na posse do Tabelião de Protesto, aguardando a autorização/anuência para o cancelamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Antes da efetivação do protesto somente o Tabelionato de Títulos de Protesto pode receber os valores do pagamento do título, após a efetivação do protesto, não é permitido aos Tabeliães receberem o pagamento do título, nos termos das disposições da Lei nº 9.492/97, devendo os devedores serem encaminhados ao **MUNICÍPIO** para efetuarem o pagamento ou eventual parcelamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Ocorrendo o pagamento ou parcelamento da dívida (CDA e outros documentos representativos de créditos públicos) por parte do devedor com o **MUNICÍPIO**, este enviará eletronicamente aos Tabeliães, através da CRA, autorização/anuência para cancelamento do protesto que se dará a partir da vista do respectivo instrumento de protesto arquivado no Tabelionato.

NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64

PARÁGRAFO QUINTO - O **MUNICÍPIO** enviará ao **IEPTB-MG** a relação dos procuradores/colaboradores aptos a solicitar autorização de cancelamento.

PARÁGRAFO SEXTO - O MUNICÍPIO direcionará o devedor ao Tabelionato competente para fazer o cancelamento e onde deverá recolher os emolumentos, taxas e demais despesas devidas pela apresentação, distribuição e cancelamento, obedecendo aos requisitos legais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o devedor tenha feito o pagamento em cheque administrativo ou nominativo ao **MUNICÍPIO**, ficam autorizados os Tabeliães de Protesto a endossarem os referidos cheques, depositando-os em conta de titularidade do Tabelionato a fim de permitir a viabilização do pagamento do respectivo documento de arrecadação.

PARÁGRAFO OITAVO - O cancelamento do protesto somente será efetivado após a quitação dos emolumentos e demais despesas no Tabelionato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA



Este Acordo de Cooperação terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de 29/10/2021 e encerrar-se-á em 28/10/2024, possibilitada a sua prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas à execução do Acordo de Cooperação Técnica para troca de arquivos eletrônicos e utilização da CENPROT/CRA - MG celebrado, as Partes se comprometem a observar o regime legal de proteção de dados pessoais estatuído pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes obrigam-se, em atenção aos princípios da adequação e necessidade previstos nos incisos II e III do art. 6º da LGPD, a tratar e a utilizar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial, recolhendo, registrando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo-os apenas e somente nas hipóteses legalmente previstas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica desde já esclarecido - nos termos dos arts. 7º, II e 23 (caput e §5º) da LGPD - que os órgãos notariais e de registro, em cumprimento a obrigações legais, têm por dever

483
A

**NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO, PARA
OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A
PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA
ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O
INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO
DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS
GERAIS (IEPTB/MG)**

Processo N. 01.142.739.13.64

fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, tendo em vista as finalidades previstas em Lei, tais como o atendimento de sua finalidade pública e a persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes obrigam-se, em atenção ao princípio da finalidade previsto no inciso I do art. 6º da LGPD, tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos, conforme legislação aplicável ao Protesto, em especial as diretrizes normativas previstas nas Leis Federais 6015/73; 8935/94 e 9492/97.

PARÁGRAFO QUARTO - A parte **MUNICÍPIO** obriga-se, em atenção ao princípio da qualidade, previsto no inciso V do art. 6º da LGPD, informar, com clareza e exatidão, os dados necessários à efetivação do Protesto, garantindo sua segurança e confidencialidade.



PARÁGRAFO QUINTO - A parte **IEPTB-MG** declara que as informações prestadas serão encaminhadas aos Distribuidores e Tabelionatos de Protesto do Estado de Minas Gerais tendo esses permissão de acesso, uso e tratamento das informações, observadas as regras da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO - As partes obrigam-se - em atenção aos princípios da segurança e prevenção previstos nos incisos VII e VIII do art. 6º da LGPD - a implementarem as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou abusivo de tais dados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As partes obrigam-se - em atenção aos princípios da segurança e prevenção previstos nos incisos VII e VIII do art. 6º da LGPD - a informarem, uma a outra, imediatamente, caso ocorra alguma quebra de segurança ou suspeita de quebra, independentemente de colocar ou não em risco a segurança e integridade dos "dados pessoais" em tratamento, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

PARÁGRAFO OITAVO - As partes obrigam-se - em atenção ao princípio da transparência previsto no inciso VI do art. 6º da LGPD - a garantir o exercício, pelos titulares dos "dados pessoais", dos respectivos direitos de informação clara, precisa e facilmente acessível sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM

484
A

NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64


PARÁGRAFO NONO - As partes obrigam-se a assegurar que os respectivos colaboradores ou prestadores de serviços externos, por si contratados e que venham a ter acesso a "dados pessoais" no contexto do Acordo de Cooperação Técnica para troca de arquivos eletrônicos e utilização da CENPROT/CRA - MG, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais (LGPD - Lei 13709/18), não cedendo, expondo ou divulgando qualquer conteúdo de dados pessoais a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO


Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, para elucidar quaisquer dúvidas ou litígios oriundos deste instrumento, quando não resolvidos de comum acordo entre as partes, renunciando a outros, por mais privilegiados que venham a ser.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

Belo Horizonte, MG, 09 de setembro de 2021.


João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Fazenda


Castellar Modesto Guimarães Filho
Procurador-Geral do Município


Leandro Santos Patrício
Presidente do IEPTB-MG
p.p Hermann Kraus

TESTEMUNHAS:

1) GABRIELLA VALENTINA S. SOUZA 2)
177.456.517 - 00
Gabriella Valentina

485
Q

NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo N. 01.142.739.13.64

PLANO DE TRABALHO**1- DADOS CADASTRAIS****1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE**

1- Nome Organização da Sociedade Civil Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais (IEPTB-MG)		2- CNPJ 11.411.629/0001-40	
3- Rua dos Timbiras, 1754, 11º andar - Bairro Lourdes			
4- Cidade Belo Horizonte			
5- UF MG		6- CEP: 30.140-061	
8- DDD/Telefone(s) (031) 2519-0500	9- DDD/Fax (031) 2519-0500	10- DDD/Celular	
11- Nome do Responsável Leandro Santos Patrício		12- CPF [REDACTED]	
13- CI / Órgão Expedidor [REDACTED]	14- Cargo Presidente		


2- DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

2.1 Objeto: Dispor sobre a utilização, por parte do MUNICÍPIO, da plataforma de tecnologia da Central de Remessa de Arquivos - CRA, a qual recepcionará, eletronicamente e de forma centralizada, as remessas de arquivos de Certidões de Dívida Ativa (CDAs), de certidão de teor da decisão e outros documentos representativos de créditos públicos. Recepcionar os arquivos de cancelamentos por remessa indevida ou autorizações de cancelamento, de desistências (retiradas) por remessa indevida a serem encaminhados aos Distribuidores e Tabelionatos de Protesto do Estado de Minas Gerais, bem como os arquivos confirmação e retorno destes, que serão encaminhados ao MUNICÍPIO.

2.2 Metas a serem atingidas: distribuir todas as Certidões da Dívida Ativa (CDA's) emitidas pelo Município para os cartórios de Protesto de Títulos.

2.3 Metodologia: O MUNICÍPIO e o IEPTB/MG efetuarão os serviços objeto deste convênio, observando as especificações técnicas descritas no manual e layout de protesto de títulos; layout para desistências de protesto, nas versões vigentes disponíveis no site da FEBRABAN (www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos).

Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM



486
A

**NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO, PARA
OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A
PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA
ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O
INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO
DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS
GERAIS (IEPTB/MG)**

Processo N. 01.142.739.13.64

3- ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

As remessas das CDA's, as comunicações e as transmissões inerentes ao procedimento de protesto se darão por meio de arquivos eletrônicos e seus respectivos documentos físicos, com indispensável segurança e o devido resguardo do sigilo das informações, e de forma centralizada, por intermédio da Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos (CRA) do IEPTB/MG, a qual encaminhará ao Serviço de Distribuição de Belo Horizonte.

4- DETALHAMENTO DO CUSTO/PLANO DE APLICAÇÃO

Não há recursos financeiros envolvidos.

5- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Não haverá repasse de recursos financeiros por parte do Município, devendo o IEPTB-MG disponibilizar integralmente os recursos financeiros necessários à consecução do objeto pactuado nesse Acordo de Cooperação.

6- ÓRGÃO FISCAL/COORDENADOR DO PROJETO: PGM

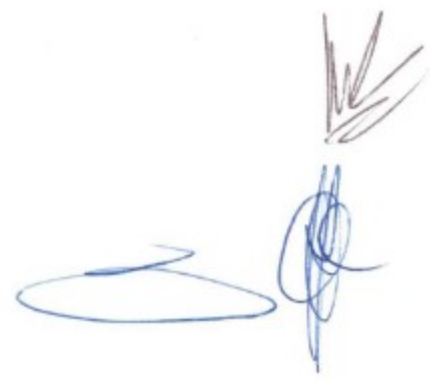
7- GESTOR DO CONTRATO: Castellar Modesto Guimarães Filho

8- OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Compete ao Município:

- I. Fornecer os dados aos tabelionatos de protesto de Belo Horizonte, cabendo a estes apenas, e tão somente, a análise dos caracteres formais extrínsecos e a instrumentalização dos documentos.
- II. Adotar todas as providências administrativas necessárias para evitar pedidos de desistências ou cancelamento de protestos em decorrência de remessa indevida.
- III. Nos casos em que houver necessidade de retirada ou cancelamento do protesto por remessa indevida de CDA's, o requerimento do MUNICÍPIO deverá ser fundamentado nas hipóteses de erro formal ou erro substancial, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 9492/97 e Lei Estadual nº 15.424/2004, para a constatação da dispensa dos valores devidos pelos atos respectivos. Tal procedimento se dará de forma eletrônica através de recurso existente no sistema CRA/MG que procederá à geração do arquivo de retirada ou cancelamento por remessa indevida e disponibilizará para os tabelionatos.
- IV. O MUNICÍPIO, enquanto estiver em curso o procedimento do protesto, direcionará os devedores ao tabelionato competente, para o pagamento dos valores devidos, não podendo receber diretamente do devedor o pagamento do título.
- V. Enviar através de servidores autorizados via CRA/MG, autorização de cancelamento do protesto quando ocorrer o pagamento ou o parcelamento da dívida junto ao MUNICÍPIO.
- VI. Enviar ao IEPTB/MG a relação dos servidores municipais autorizados.
- VII. Encaminhar os devedores aos respectivos tabelionatos para providenciarem o cancelamento do protesto e arcarem com o pagamento dos emolumentos e demais despesas.

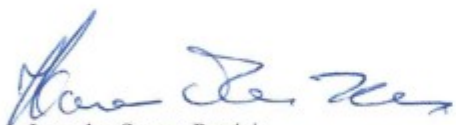
Rua da Bahia, no 888 - 10º andar - Bairro: Funcionários
Belo Horizonte/MG - CEP 30.160-011
Telefone (31) 3277-4867
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
Gerência Administrativa - DPGF-PGM



487
A**NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)****Processo N. 01.142.739.13.64**

Compete ao IEPTB:

- I. Recepcionar os arquivos remessa do MUNICÍPIO contendo as CDA's juntamente com os respectivos documentos físicos a serem protestados e distribuídos ao Serviço Registral de Distribuição de Belo Horizonte.
- II. Informar ao Município automaticamente quando houver inconsistência em arquivo de uma das comarcas, não processando somente este.
- III. Contemplar todos os recursos disponíveis para a recuperação por parte do MUNICÍPIO, de qualquer arquivo ou informação dele constante, por um período máximo de 30 (trinta) dias, através do sistema operacionalizado pela CRA-IEPTB/MG.
- IV. Contemplar um plano de contingência para os casos de impossibilidade na transmissão dos arquivos via Web, promovendo a recepção dos arquivos via arquivos magnéticos. Ocorrendo essa hipótese, os pedidos de desistência de protestos poderão ser feitos por carta à CRA.
- V. Após a efetivação do protesto, não é permitido aos Tabelionatos receberem o pagamento do título, devendo os tabeliães encaminhar os devedores para a repartição competente indicada pelo MUNICÍPIO, para efetuarem o pagamento ou eventual parcelamento.

Belo Horizonte, 08 de SETEMBRO de 2021Leandro Santos Patrício
Presidente do IEPTB
p.p Hermann KrausCastellar Modesto Guimarães Filho
Procurador Geral do Município